

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, referente ao Orçamento do Estado para 2021, veio estipular no seu artigo 22.º a contabilização das avaliações de serviço obtidas pelos ex-militares nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas, para efeitos de atribuição de posição remuneratória no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública (SIADAP), com as devidas adaptações.

Contudo, chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que um conjunto alargado de ex-militares se tem deparado com bastantes dificuldades na obtenção de declaração de avaliações (Avaliação Individual de Mérito) obtidas no decorrer do seu serviço, mesmo tendo solicitado tal documentação há vários meses e por diversas vezes.

Os atrasos na emissão desta declaração, que de resto têm sido justificados por diversos ramos das Forças Armadas pelo "número muito elevado de requerimentos recebidos" e pelo "processamento dos pedidos", tem causado profundos constrangimentos para quem pretende, com toda a legitimidade, requerer a reavaliação do seu estatuto remuneratório, sendo por isso fundamental que o governo proporcione uma resolução breve e efetiva para estas situações.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério da Defesa Nacional, as seguintes perguntas:

1. Por que motivos se constata atrasos no processamento dos requerimentos apresentados por ex-militares ao abrigo do disposto do artigo 22.º da Lei n.º 75-B/2020, que contabiliza a avaliação obtida pelos ex-militares das Forças Armadas para efeitos de atribuição de posição remuneratória no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública (SIADAP), com as devidas adaptações?
2. Não considera o governo que a aplicação dessas normas carece de uma maior celeridade, tendo em conta a especificidade e a antiguidade dos casos em apreciação?
3. Que medidas pretende o Governo asseverar com vista a acautelar a celeridade destes

processos por parte dos diversos ramos das Forças Armadas e, dessa forma, garantir a reposição dos direitos desses ex-militares?

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2021

Deputado(a)s

JOÃO VASCONCELOS(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)